



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

### LEI Nº 945/2000

“Dispõe sobre autorização de operações de crédito com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais BDMG e dá outras providências”

O Povo do Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo do Município de Lajinha, autorizado a celebrar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A – BDMG operações de crédito, a fundo perdido, com condições estipuladas em convênio, até o montante de R\$300.000,00 (Trezentos mil reais), destinados ao financiamento dos estudos, projetos, implantação de obras e ações complementares dentro do Programa de Investimentos Sociais na Área de Influência da Cia. Vale do Rio Doce no Estado de Minas Gerais – FRD.

Art. 2º - São as seguintes as condições a que se subordinarão as operações de crédito:

- a) licitação de objeto contratual em conformidade com as normas licitatórias da lei federal nº 8.666/93
- b) aplicação e comprovação das recursos recebidos de acordo com as normas contratualmente estipuladas.
- c) participação do município a título de contrapartida não obrigatória, com recursos próprios equivalentes ao valor necessário para complementar o valor do investimento a ser realizado.

Art. 3º - Fica o município autorizado a:

- a) aceitar o foro da cidade de Belo Horizonte para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução dos contratos;
- b) participar e assinar contratos , convênios, aditivos e termos que possibilitem a execução da presente lei;
- c) aceitar todas as condições estabelecidas pelas normas do FRD e do programa aplicável à época da assinatura dos convênios;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

- d) abrir conta bancária vinculada ao convênio em instituição financeira oficial, destinada a centralizar a movimentação dos recursos decorrentes do mesmo.

Art. 4º - Os orçamentos municipais consignarão, obrigatoriamente, as dotações necessárias às que se refere o artigo segundo, alínea “c” da presente lei.

Art. 5º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos especiais, se necessário, destinados a fazer face a pagamentos de obrigações decorrentes das operações ora autorizadas e que se vençam neste exercício e ainda, abrir crédito especial no valor total em caso de inexistência de dotações orçamentárias próprias, para assegurar a realização do programa autorizado nesta Lei.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,  
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS SETE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO  
ANO DOIS MIL. (07-04-2000)

**Ver. JOAQUIM JUSTO RIBEIRO**

*Presidente da Câmara*

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 10-04-2000, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Moraes

At. Legislativo